

O BNDES E O MERCADO DE CAPITAIS: UMA ABORDAGEM SUSTENTÁVEL

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

Sergio Földes Guimarães¹

Desde a criação do BNDES, em 1952, a economia brasileira passou por diversas transformações, e, em todas elas, o Banco teve participação decisiva. Agora, quando o mundo caminha para um novo paradigma econômico, que preserve o meio ambiente e explore os recursos naturais de forma sustentável, as ações do Banco tornam-se ainda mais importantes para a economia brasileira, em geral, e para o mercado de capitais, em particular, uma vez que cabe ao BNDES, como agência de desenvolvimento, prover os instrumentos necessários à transição para o novo modelo.

O objetivo deste capítulo é mostrar, com base na análise da atuação do Banco no mercado de capitais, que a trajetória passada do BNDES pode apontar para caminhos futuros, tendo em vista o desafio da sustentabilidade. Para explicar o elo entre as duas temporalidades, recorre-se a uma conhecida postulação da teoria econômica, segundo a qual “a oferta cria a sua própria demanda”.

Este capítulo divide-se em seis seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção fornece um exame sucinto da trajetória do Banco e dos princípios que permeiam as suas ações. Na terceira seção, analisam-se os desafios que o desenvolvimento sustentável representa. Na quarta seção, aborda-se o papel do mercado de capitais com base nas necessidades impostas pelo novo modelo econômico. Na quinta seção, discutem-se as implicações da nova economia para a atuação do BNDES. Por último, na sexta seção, apresentam-se as conclusões.

¹ Respectivamente, superintendentes da Área de Meio Ambiente e da Área Internacional do BNDES.

SÍNTESE DA ATUAÇÃO DO BANCO E DA EVOLUÇÃO DO MERCADO

Como foi dito, desde que foi criado, o BNDES assumiu um papel importante nas diversas etapas por que passou a economia brasileira. Na fase de industrialização extensiva, o Banco cumpriu um papel relevante no financiamento à infraestrutura básica, na geração de energia, nas telecomunicações e na implantação de setores-chave, como o siderúrgico e o petroquímico. Depois disso, na fase de desenvolvimento intensivo da base produtiva e de maior capacitação dos agentes econômicos, o BNDES concentrou-se na viabilização de um parque nacional de produção de bens de capitais; capitalizou diretamente algumas empresas; estimulou as exportações; participou do processo de privatização; estendeu sua atuação a novos setores da economia, como o de serviços; introduziu novos produtos e conceitos no mercado; e, mais recentemente, apoiou as empresas brasileiras no seu processo de internacionalização.

Tão importante quanto as formas de apoio oferecidas foi a adoção, pelo Banco, do conceito de que o desenvolvimento econômico precisa ser sustentável. O BNDES inseriu e consolidou, em suas diretrizes e no seu planejamento estratégico 2009-2014, as dimensões social, ambiental e regional e os conceitos de competitividade e governança. Desse modo, buscou cumprir o que se espera de um banco de desenvolvimento: antecipar necessidades, estimular os agentes econômicos e induzi-los a uma atuação voltada para a eficiência, inserção social, sustentabilidade, competitividade e as boas práticas.

Do mesmo modo, como agência que fomenta o desenvolvimento, o Banco não pode deixar de promover o mercado de capitais, pois, só assim, os movimentos necessários ao dinamismo da economia ocorrerão por iniciativa de seus participantes. Estimular o mercado de capitais faz parte, portanto, do DNA do BNDES. No entanto, um DNA com um código de autodestruição, alguns poderiam alegar, já que o sucesso na viabilização de um mercado de capitais dinâmico, capaz de mobilizar a poupança nacional na direção certa, tornaria redundante o próprio Banco.

Contudo, isso jamais ocorreria, afirmariam outros, porque a necessidade de mobilização dos agentes econômicos não cessa, e a existência de um agente que atue em função do interesse público é fundamental na indução dessa dinâmica. A história mundial recente mostra que o papel do mercado não pode ser superestimado, nem o do Estado, minimizado, ou vice-versa, sem que isso traga consequências perversas para o desenvolvimento.

Mas não é intenção deste artigo aprofundar essa questão. Mais relevante é destacar que, embora o BNDES tenha como uma de suas tarefas fundamentais o desenvolvimento do

mercado de capitais, a sua capacidade de obter resultados depende de diversos fatores externos que condicionam a sua atuação. Não há dúvida de que o desenvolvimento do mercado de capitais requer um ambiente de estabilidade econômica e um sólido arcabouço regulatório e autorregulatório; tampouco pode haver incerteza jurisdicional, pois isso inibe a atuação dos agentes econômicos e afugenta os capitais.

A eficácia da ação do BNDES também depende da existência de um ambiente virtuoso que, por sua vez, o Banco ajuda a promover, estabelecendo, desse modo, um processo de retroalimentação que tipifica uma dinâmica semelhante àquela identificada pelo pensador italiano Lucio Colletti: “Assim como o homem, o efeito, é também a causa da sua causa, também esta última é o efeito do seu próprio efeito.”²

Assim, é preciso considerar que a atuação do Banco se dá a partir do arcabouço institucional de mercado de cada período. O Banco pode e deve interferir nesse arcabouço para aprimorá-lo, mas não pode, na maioria das vezes, avançar sem que o entorno institucional esteja organizado para isso. A história recente mostra que, em sua atuação no mercado de capitais, o Banco precisou conciliar, em diversas ocasiões, a intenção de promover determinadas atividades e operações com a necessidade de lhes preparar o caminho.

Como foi dito na introdução, parte-se da ideia de que a oferta cria a sua própria demanda; nesse sentido, quando se olha para a sua história, vê-se que o BNDES sempre ofertou os produtos e as estruturas financeiras e regulatórias (nesse caso, estimulando-as) que criaram a demanda financeira necessária ao impulso das transformações econômicas desejadas. Com efeito, o Banco ofereceu capital para que se criasse uma base produtiva mais sólida e capaz de enveredar por caminhos mais arriscados (e de maior retorno); quando a falta de governança era uma ameaça que afugentava capitais e novos investidores, o BNDES ofereceu fundos de governança; ofereceu fundos de *private equity* no momento em que era preciso atrair os fundos de pensão para uma parceria na economia real; ofereceu ainda fundos de *venture capital* quando foi necessário que se criasse uma oferta de gestores e de capacitação nessa área; ofereceu produtos e estruturas financeiras inovadoras para atrair novos capitais para o país e aumentar a velocidade de circulação do estoque de capitais existente; impôs, por meio de suas diretrizes, a necessidade de boas práticas a fim de estimular a oferta de códigos de conduta, padrões, *benchmarks* e todo um arcabouço autorregulatório que propiciasse o desenvolvimento saudável do nosso mercado de capitais. Ou seja, o Banco colocou a sua *expertise* a serviço do aprimoramento do fluxo de capitais e da sua sustentabilidade.

² Ver Colletti (1974, p. 66): “Just as man, the effect, is also the cause of his cause, so the latter is also the effect of its own effect.”

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – NOVOS DESAFIOS E DIRETRIZES PARA OS FINANCIADORES DE LONGO PRAZO

Agora caberia, então, antever quais poderiam e deveriam ser os movimentos do BNDES em relação ao mercado de capitais, em vista das necessidades que se descortinam para a economia brasileira.

O primeiro ponto a ser considerado diz respeito à constatação de que o mercado de capitais de hoje é bastante complexo e conta com amplo conjunto de *players* sofisticados capazes de movimentar, de modo rápido e seguro, grande volume de recursos. O mercado conquistou um grau maior de liberdade, e isso provavelmente implica que as ações do Banco deverão ter efeito maior sobre os resultados de longo prazo da economia do que sobre o seu desempenho corrente. Movimentos de grande envergadura e de impacto imediato, como a recente ação anticíclica contra a crise, deverão constituir exceção e não regra da atuação do Banco no cenário de crescimento que se vislumbra para o país nos próximos anos.

As recentes conquistas do Brasil nos campos econômico e social, incluindo aí a obtenção do grau de investimento e o surgimento de uma nova classe média, bem como sua posição diferenciada como mercado emergente que oferece ambiente político estável e marcos regulatórios definidos, irão, certamente, atrair recursos abundantes não só para a bolsa, mas também para mercados ainda relativamente pequenos, como o de renda fixa e o de securitização. A necessidade de coordenar aspectos macroeconômicos e regulatórios e de formar uma indústria financeira saudável, que ajude a desenvolver de modo sustentável esses produtos, exige a participação ativa do BNDES como formador de opinião e *player* de mercado.

As necessidades de investimento no país, notadamente em infraestrutura, são enormes, assim como as oportunidades. O investimento de longo prazo, antes preocupação quase exclusiva do BNDES, deverá atrair cada vez mais investidores institucionais, nacionais e estrangeiros. E mesmo a poupança doméstica do pequeno investidor, historicamente focada no curto prazo, uma vez que os investidores podiam ter alta rentabilidade e liquidez com baixo risco, irá, cada vez mais, alongar prazos e aumentar seu apetite por risco. O BNDES pode se concentrar na estruturação financeira, na extensão das fronteiras do investimento de longo prazo, nas etapas iniciais de maior risco e na preparação para a reciclagem dos recursos, dado que não deve faltar demanda para projetos bem estruturados, especialmente os já operacionais.

Novos nichos econômicos, como a biotecnologia, a genética, o *software* e, até mesmo, a floresta, deverão se tornar atrativos para a indústria financeira, que poderá prover parte do capital e da dívida necessários para financiar-lhes o ganho de escala. Em todos os casos, a atuação do BNDES, como parceiro preferencial, poderá constituir-se no elemento estruturante das trans-

formações. Para todos esses capitais, a presença do BNDES, como estruturador de engenharias financeiras de projetos relevantes para o país ou como simples investidor, será um grande atrativo. Essa atratividade permitirá ao Banco ampliar sua capacidade de atuação, o que terá um efeito multiplicador na economia.

O segundo aspecto a ser levado em conta na formulação de uma estratégia de atuação do BNDES no mercado de capitais refere-se à constatação de que está em curso nova revolução industrial baseada na transição para uma economia sustentável e de baixo carbono. Desse modo, todos aqueles fatores mencionados como *drivers* de um banco de desenvolvimento devem ser novamente colocados a serviço da obtenção, para o Brasil, de uma transposição eficiente para o novo paradigma econômico. Ou seja, o BNDES precisa oferecer aos agentes econômicos os instrumentos que os auxiliem a se inserir nesse novo modelo sustentável. E, como antes, a atuação do Banco também deverá envolver a modelagem do arcabouço institucional e a indução de investimentos e de boas práticas.

A TRANSIÇÃO PARA A NOVA ECONOMIA E O PAPEL DO MERCADO DE CAPITAIS

Temos, então, como norte o fato de que o mundo se encaminha para uma ruptura de maior gravidade e solução mais complexa do que a recente crise financeira, cujo epicentro foi o fatiamento e a dispersão indiscriminada de riscos. Agora não se trata mais da evaporação do capital financeiro, potencialmente reversível, como vimos, pela ação sincronizada dos bancos centrais, mas da perda irreparável de capital natural e humano e da degradação da qualidade de vida das próximas gerações, para as quais não há *hedge* possível. Cientes disso, e sem contar com algum acordo em Copenhague, os capitais mais precavidos já se lançaram na transição para o baixo carbono, colocando em marcha um processo irreversível. Como resultado, o mundo deverá adotar um novo padrão de produção e um perfil de consumo mais consciente. Os países em desenvolvimento terão de fazer esforços para desenvolver tecnologia que atenda a esse novo modelo econômico. Do contrário, terão de arcar com as consequências da defasagem tecnológica ou correrão o risco de ter seus produtos boicotados por barreiras protecionistas ou por um consumidor, de fato, mais consciente.

Com base nisso, entende-se que hoje uma das principais diretrizes do BNDES seja induzir os agentes econômicos a se engajarem na transição para a economia sustentável e de baixo carbono. Nesse caso, a atuação do Banco no mercado de capitais se daria pela criação de instrumentos e estruturas financeiras que estimulassem a poupança circulante a apostar nesse processo. Para que a transição ocorra, é necessário não apenas desenvolver políticas públicas que promovam a redução das emissões, como também criar instrumentos para esse fim. O BNDES detém experiência e massa crítica financeira para tal.

A economia brasileira tem sua pauta de exportações concentrada em *commodities* que, muitas vezes, passam por processos de industrialização nos países compradores. Num momento em que a indústria mundial vai precisar se reinventar, o Brasil não pode perder a oportunidade de agregar valor de forma inovadora e limpa e, assim, aumentar a margem e o diferencial competitivo de seus produtos.

A conscientização gradual da população acerca da questão ambiental, a mudança no perfil de consumo e a inclusão do tema na agenda das empresas são aspectos cada vez mais importantes, que devem criar uma demanda por investimentos ambientalmente diferenciados também na indústria financeira.

Essas demandas estão presentes em todo o mundo, e alguns, como Joseph Stiglitz,³ defendem que a transformação para a economia de baixo carbono, apoiada em mecanismos de mercado, é a alternativa para um futuro melhor e, por isso, deve constituir-se na principal prioridade dos governos para superar a crise financeira global. Afinal, não se deve imaginar que o padrão de consumo (e das emissões de carbono) dos países em desenvolvimento possa ficar represado e tão distante daquele dos demais países, o que só reforça a urgência e a oportunidade da transformação.

IMPLICAÇÕES DA NOVA ECONOMIA PARA A ATUAÇÃO DO BNDES

Como antes, diversas diretrizes do BNDES para a promoção do desenvolvimento se mostram decisivas para a transformação da economia e do país. Aspectos como eficiência, inserção social, sustentabilidade, competitividade e boas práticas continuarão a orientar o Banco e, no novo contexto, aparecerão ainda mais inter-relacionados. Apresentam-se, a seguir, as implicações desses aspectos no mercado de capitais e na ação do Banco.

EFICIÊNCIA

Cada vez mais uma constante no competitivo mundo globalizado, a busca pela eficiência deve dar-se num contexto amplo que inclua a eficiência energética e o baixo impacto no meio ambiente. Assim, imagina-se que se possam utilizar o tamanho e a sofisticação dos mercados financeiros internacionais para mobilizar e movimentar rapidamente grandes volumes de capital na direção desejada, especialmente nos casos em que os governos criem

³ Professor da Columbia University, em Nova York, assessor do governo americano durante o mandato do presidente Bill Clinton, Prêmio Nobel de Economia, especialista em desenvolvimento econômico e crítico do fundamentalismo de livre mercado. Recentemente, compôs a Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, encarregada pelo presidente francês Nicolas Sarkozy de estudar novas maneiras de medir o desempenho econômico e social, fugindo do tradicional indicador do produto interno bruto (PIB). O relatório da comissão avançou sobremaneira no entendimento de questões como sustentabilidade e qualidade de vida.

os incentivos apropriados. A tecnologia e a inovação científica e financeira deverão se destinar a um uso mais nobre e premente, para que se amplie e melhore, no longo prazo e de forma permanente, o padrão de vida da humanidade.

Novas engenharias financeiras deverão ser utilizadas para encontrar a melhor solução em cada caso de descarbonização da economia. Deve-se aproveitar também a flexibilidade dos mercados para mudar a estrutura de capital dos novos projetos de acordo com o seu grau de maturação.

A noção de que a busca pela eficiência se tornará um diferencial competitivo cada vez mais relevante para as empresas terá de ser comunicada adequadamente. Além disso, essa noção deve também ser percebida pela indústria financeira como parte de uma mudança estrutural e cultural em que os resultados de curto prazo passam a ter menos relevância do que têm hoje na tomada de decisão dos investidores.

Conceitos financeiros de criação de valor terão de ser difundidos e aprofundados por governos e empresas para que sejam incorporadas de forma mais decisiva a noção de sustentabilidade e a ideia de que a não adoção de práticas sustentáveis traz riscos efetivos para os investidores.

INSERÇÃO SOCIAL

As empresas devem atentar mais para o seu entorno e considerar não somente os seus acionistas e credores, que continuam merecedores da remuneração condizente com os riscos assumidos, mas também os seus funcionários, a comunidade e a cadeia de fornecedores, muitas vezes o elo mais fraco, que limita seu crescimento. O reconhecimento da importância dos diversos *stakeholders* e do papel social da empresa é vital para lidar com os desafios da nova economia. Assim, as empresas líderes poderão, por exemplo, estruturar Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) verdes para que suas cadeias de fornecedores invistam na transformação de seus processos produtivos. Até mesmo o conceito de que se pode usar o poder de compra para reduzir a margem de lucro do fornecedor e aumentar a competitividade da empresa deverá ser menos aplicado. Em compensação, as empresas que certificarem suas cadeias produtivas se tornarão mais competitivas do que aquelas que não optarem por esse diferencial.

O crescimento sustentável dos mercados, com o ingresso de novos contingentes de consumidores e investidores, depende da inclusão saudável desses públicos, que, mais sensíveis à questão ambiental, tornam-se exigentes quanto à procedência e ao destino dos produtos que lhes são oferecidos.

Embora ainda sejam poucos os que se preocupam com a origem dos produtos que consomem e com a forma pela qual foram produzidos, a tendência a uma demanda cada vez maior por produtos diferenciados (orgânicos, certificados, eficientes do ponto de vista energético) parece inexorável. No futuro, os mercados de massa exigirão produtos limpos e se recusarão a pagar por produtos que comprometam a preservação do planeta, o que afetará a própria sustentabilidade das empresas que não construírem e preservarem uma imagem e uma prática ambientalmente responsáveis. Questões como *pegada*⁴ ambiental e reciclabilidade dos produtos farão parte cada vez mais do dia a dia das empresas e determinarão o seu futuro como fornecedores de uma sociedade mais consciente.

Como instituição pública e de mercado, o BNDES deve induzir, de forma organizada e com os incentivos apropriados, a conscientização das empresas e estimular a busca por diferenciais competitivos, refletidos também na qualificação da mão de obra e nas condições de trabalho. Desse modo, antecipará tendências e garantirá um lugar de destaque para os produtos brasileiros num mercado consumidor globalizado cada vez mais exigente.

SUSTENTABILIDADE

Não é possível falar nesse conceito sem recorrer à definição de Gro Bruntland,⁵ segundo a qual sustentabilidade é “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Expressa de modo simples e claro, a definição de Bruntland traz consigo, no entanto, sérias consequências, já que desafia conceitos, princípios e responsabilidades existentes. Entre outras coisas, encerra o fato de que a técnica moderna avançou de tal modo, que agora as atividades humanas podem afetar o destino do planeta. Até então, a interferência do homem na natureza não chegava a ameaçar a sua capacidade de regeneração. Contudo, esse quadro mudou drasticamente, e, exatamente por isso, a natureza, agora, passou a ser objeto da responsabilidade humana.⁶ Por tudo isso, a preservação da natureza constitui-se, cada vez mais, numa questão ética e política.⁷ Com efeito, o Protocolo de Quioto fundamenta-se em princípios de responsabilidade, e as discussões que antecedem Copenhague procuram enfatizar os aspectos éticos inerentes a uma eventual inação por parte da humanidade.

⁴ Termo definido com base na palavra inglesa footprint (literalmente, pegada) e que carrega o sentido de registro ou impacto de uma atividade humana sobre o planeta. A pegada de carbono de uma empresa, por exemplo, define a quantidade de emissões de gases de efeito estufa que resulta da atividade da empresa.

⁵ Ex-ministra do Ambiente e primeira-ministra da Noruega. Presidiu a Comissão Bruntland da ONU, dedicada ao estudo do meio ambiente. O relatório da comissão, publicado em 1987 e intitulado *Our common future*, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável e identificou o desafio ambiental da humanidade.

⁶ Segundo Hans Jonas, antes de nossos tempos, as interferências do homem na natureza eram essencialmente superficiais e impotentes para prejudicar um equilíbrio bem assentado. Toda a ética dizia respeito ao relacionamento direto do homem com o homem – toda a ética era antropocêntrica – e também tinha um alcance pequeno, sendo circunscrita no espaço e no tempo. Com a nova capacidade de interferência do homem, isso mudou, colocando a responsabilidade do homem em novo patamar [Jonas (2006)].

⁷ Ibid.

Tudo isso aponta para uma questão crucial que precisará ser enfrentada mais cedo ou mais tarde: o crescimento econômico, tal como perseguido pelos formuladores de política econômica e refletido no maior indicador de seu sucesso (o PIB), é sustentável?

Na tentativa de resolver a questão, várias formulações a respeito da relação PIB-sustentabilidade têm sido apresentadas. Assim, alguns acreditam que, quando o PIB *per capita* de um país atinge determinado patamar (cerca de US\$ 20 mil), o consumo tende a favorecer a recuperação da natureza mais do que a degradá-la, em virtude do alto nível educacional e do grau de conscientização ambiental dessa sociedade. Outros preconizam uma economia estacionária (*steady state economy*), o que não parece ser compatível com o capitalismo. Há os que formulam que as novas tecnologias irão reduzir o consumo energético por unidade de produto, o que resolveria o problema da exaustão energética do planeta; esquecem, no entanto, que não há garantias de que a economia obtida em uma ponta irá estimular o investimento e o consumo em outra ponta.

Em relação a essas questões, parece não haver uma saída a não ser, talvez, aquela que vem sendo defendida por José Eli da Veiga em diversos artigos: a de que é preciso haver uma profunda revisão de conceitos, atitudes e expectativas que nos leve a viver de acordo com o que foi preconizado por Gro Bruntland.

A revisão proposta por Eli da Veiga exigirá não apenas mudanças de atitude, como também de instrumentos e métricas. A principal delas parece ser a contabilidade verde. Será preciso desenvolver uma metodologia de contabilidade socioambiental que, com base em conceitos como a taxa de poupança genuína, nos permitirá medir e acompanhar as variáveis de nossa sustentabilidade no planeta, ajudando-nos a alcançá-la.

A atuação do BNDES no mercado de capitais deverá contribuir para que a poupança disponível aporte em investimentos que observem e persigam as métricas de sustentabilidade do planeta. Gestores de longo prazo vão incorporar essas métricas às suas decisões de modo crescente, e a presença do BNDES deve, mais uma vez, representar um selo de qualidade que atraia e facilite a decisão de investimento desses gestores.

COMPETITIVIDADE

Competitividade é o conceito-chave de todo o processo de reinvenção dos sistemas produtivos e de transição para uma economia de baixo carbono.

As iniciativas de mercado de capitais podem dar sustentação às empresas que farão essa transição. Empresas estabelecidas precisarão se adequar ao novo modelo, e em alguns setores o tom

será dado por entrantes com pujança e apetite para o risco. O BNDES deverá estimular esse processo, no qual a ciência, a tecnologia e a inovação terão um papel fundamental. É provável que a vertente de inovação venha a assumir uma posição de destaque na atuação do Banco. O desafio, nesse caso, será definir as políticas e os instrumentos capazes de fazer com que as empresas invistam o necessário à sua sobrevivência no longo prazo.

O país saiu da recente crise global antes do restante do mundo graças à qualidade de suas políticas públicas, que têm o BNDES como um dos seus principais operadores, e à saúde de seu sistema financeiro e de seu mercado de capitais. Esses diferenciais competitivos devem ser aproveitados na retomada do crescimento, com a busca da qualidade e do ganho competitivo duradouro por meio de investimentos em inovação e na descarbonização da nossa cadeia produtiva, de modo a adequá-la a um mercado interno e externo cada vez mais exigente em termos de sustentabilidade.

A agenda de criação de valor, que pauta a atuação do BNDES nos mercados de capitais, pode ser reforçada para além do seu importante papel financeiro, por meio da indução de práticas que podem ainda não ser valorizadas pelo mercado no curto prazo, mas que farão toda a diferença no longo prazo.

BOAS PRÁTICAS

A indução às boas práticas se deu, por parte do BNDES, mediante a criação de estruturas financeiras adequadas e por meio da atuação em conselhos de administração e da emissão de títulos de acordo com as melhores práticas. Além disso, o BNDES manteve uma interlocução frequente com associações de classe representativas dos vários segmentos da economia e com órgãos da administração pública responsáveis por regular atividades específicas.

A criação de outros “novos mercados” como paradigmas de melhores práticas para diferentes produtos financeiros, notadamente os destinados aos investimentos *verdes*, parece ser um campo de atuação promissor para o BNDES, que poderá mais uma vez colocar seu peso institucional e sua *expertise* técnica a serviço do desenvolvimento do mercado e do país.

Como já foi dito, o Brasil dispõe, no setor econômico e financeiro, de um arcabouço regulatório e autorregulatório bastante avançado. Esse fato determina, em grande parte, os bons resultados que a economia vem colhendo. Faltaria agora avançar nas boas práticas socioambientais. Acredita-se que, de modo semelhante ao que ocorreu com o setor financeiro, seria desejável que os agentes econômicos se empenhassem na elaboração de uma autorregulação ambiental. As federações de indústrias ou as associações de classe empresarial poderiam se organizar

para estabelecer regras de boa conduta socioambiental. Bem elaboradas e acompanhadas, essas regras ajudariam o país a se posicionar competitivamente no cenário internacional.

Esse processo está em curso e deve ser aprofundado. Muitas empresas já têm certificações ISO; os consumidores brasileiros já começam a buscar produtos com selos de certificação, de qualidade ou de eficiência energética. Em breve, os atacadistas e varejistas exigirão cada vez mais compromisso por parte de todas as cadeias produtivas, sob pena de seus produtos serem boicotados pelo consumidor final. Esse fenômeno, que já se observa no Brasil, pode ocorrer de forma mais rápida e dramática nos países desenvolvidos, e as empresas que competem no mundo globalizado têm de se antecipar e estar prontas para isso.

CONCLUSÃO

A quebra de paradigmas causada pela recente crise global e os efeitos das mudanças climáticas na vida do planeta levam a pensar que certas questões incorporadas pelas políticas do BNDES de modo crescente, como a avaliação de intangíveis, a importância da inovação e a problemática socioambiental, são cada vez mais relevantes para a reinvenção da economia e do capitalismo.

Considerando-se o cenário econômico atual, essa antecipação de tendências deve se consolidar na atuação do BNDES no mercado de capitais, pelo seu efeito multiplicador e por ser essa a vocação natural do Banco como agência que promove o desenvolvimento.

O BNDES entende que sua participação no mercado de capitais e a questão ambiental são temas que perpassam todos os setores em que atua. Em breve, essa transversalidade, na qual a questão financeira e o aspecto ambiental aparecem relacionados, será percebida por empresas preocupadas com a sua imagem, por investidores atentos à sustentabilidade de seus negócios e por consumidores cada vez mais conscientes.

Esta parece ser uma lição duradoura e válida para investidores, empresas e até países: antecipar tendências de forma contínua, avaliá-las com base em uma visão crítica e aproveitá-las nas tomadas de decisão.

Desse modo, para assumir responsabilidade pelo futuro e contribuir para a recuperação do planeta e para o bem-estar das próximas gerações, será necessário agir com premência e determinação. E certamente o BNDES tem um papel fundamental nesse processo, seja difundindo as lições que acumulou, seja atuando no mercado de capitais.

REFERÊNCIAS

COLLETTI, Lucio. Bernstein and the Marxism of the Second International. In: COLLETTI, Lucio. *Monthly Review Press* (From Rousseau to Lenin: studies in ideology and society). S/l: First Modern Reader Paperback Edition, 1974, p. 66.

ELI DA VEIGA, José. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Editora Senac-São Paulo, 2007.

———. *Mundo em transe – Do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. São Paulo: Autores Associados, 2009.

JONAS, Hans. *O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.